

Ata nº. 205. Aos três dias do mês de Novembro de Dois Mil e Dezesesseis, às quatorze horas e vinte minutos, nas dependências do Centro Educação de Jovens e Adultos Marechal Rondon, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Saúde em reunião ordinária para tratar de alguns assuntos referentes à pasta. A presidente do Conselho Suely Cristina Castro da Silva de Moraes iniciou a reunião reforçando sobre a importância da participação dos conselheiros que são representantes dos usuários nas reuniões. Pedro Soares, conselheiro representante de usuários, solicita a portaria com os nomes dos conselheiros para facilitar o contato com os mesmos. Suely informa que após a deliberação, por inúmeras tentativas frustradas por parte do executivo em resolver algumas situações discutidas por este conselho, da Resolução feita pelo Conselho com cópia para a assessoria jurídica da prefeitura e secretário de administração. Logo após, sem que houvesse resolutividade o Conselho protocolou a referida Resolução no Ministério Público, na sequência foi contactada via telefone pela promotora de justiça Dr^a Cássia Vicente de Miranda Hondo para que a mesma fosse pessoalmente à sede da promotoria esclarecer as situações presentes na resolução. Na oportunidade, foi acompanhada pelas também Conselheiras Paula Eleonora Lima da Silva e Renata Sousa Lima para prestar tais esclarecimentos. Diz também que a promotora solicitou documentos que comprovassem todas as situações contidas na resolução. Após, foi elaborado um documento pela própria promotoria que foi lido e exposto neste momento. Durante a leitura do documento, o conselheiro Maikel Delano Rotilli questionou a respeito das visitas médicas aos pacientes internos no Hospital Municipal de Jaciara que, por falta de pagamento, estão suspensas. Foi questionado quanto ao pagamento dos serviços de pediatria que, segundo o executivo, seria realizado até o dia trinta de outubro do corrente ano (30/11/2016), porém não há informação se foi efetuado ou não. A conselheira Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes também alegou o não pagamento do adicional corresponde a 20 horas semanais como complementação da carga horária cumprida por eles dentistas. A conselheira Maria Helena de Almeida questionou também a demissão da farmacêutica, responsável pela Farmácia Básica Municipal e processos de medicamentos de Alto Custo, além de outras atividades fundamentais, ficando a Central de Abastecimento Farmacêutico do Município sem responsável legal até a presente data, o que é proibido por lei. Rosangela relata também sobre a dificuldade de realizar os serviços odontológicos pela falta de reparo nos equipamentos. Após o término da leitura do documento elaborado pela promotoria de justiça, Suely reforça sobre a necessidade do Conselho Municipal de Saúde se manter unidos e coesos e também de cobrar e se atentar ainda mais aos atos da administração atual e futuras administrações. Relata também que o Escritório Regional de Saúde enviou um documento cobrando quanto à aprovação do Relatório Anual de Gestão. Porém, há dificuldades para isso, pois existem algumas situações que precisam ser revistas e observadas pela comissão antes da aprovação. Pedro Soares relata algumas situações, como o crescimento nos valores de indenização pagas por esta administração na folha de pagamento com relação a administração passada; nota com valor alto em razão de um transporte de paciente, porém não soube precisar qual empresa teria realizado o transporte. Suely ressalta sobre os gastos na Atenção Básica que vem aumentando ano a ano, como exemplo houve um aumento de cerca de 3 milhões no ano de 2012 com relação ao ano de 2011. Reforça também quanto à necessidade dos conselheiros observarem os empenhos que estão divulgados no site da prefeitura municipal, bem como o que foi gasto e o valor. Pedro observa também que algumas despesas são desnecessárias, tais como o pagamento de uma nota no valor de R\$ 7.400,00 em nome de Pedro Ricardo Rosseti como pagamento de avaliação médica para aluno em jogos estudantis, o que não se justifica, pois há médicos nos oito PSFs. Suely observa que quase todo o recurso da Saúde Bucal no ano de 2015 foi usado para o pagamento da folha e quase não houve nenhuma aquisição para o programa neste período. Quanto ao Programa de Melhoria Acesso e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ,

houve apenas 2 aquisições de ar-condicionado. Pedro, fala sobre a necessidade de analisar todas as notas, observando todos estes detalhes, porém os membros da comissão notam a necessidade de ampliar a referida comissão em virtude da extensão da pauta. Neste caso foi colocada em apreciação os seguintes nomes para agregarem a comissão: Renata Sousa Lima, Rosângela Ribeiro Ramalho, Aldenir Silva Santos, Mirna Aparecida Thomé Monte, Suely Cristina Castro da Silva de Moraes Lopes e Maria Helena de Almeida para analisarem as notas empenhadas em 2015, ficando sob a responsabilidade de a conselheira Maria Helena enviar ofício aos setores responsáveis por facilitar o acesso às notas. Neste momento, a reunião fica aberta para possíveis comentários. Rosângela sugere encaminhar um ofício para o secretário de finanças solicitando prioridade no pagamento dos servidores da saúde, uma vez que há 2 meses, a saúde é a última secretaria a receber. Sem mais, encerra-se a reunião às 16h10min. A ata vai por mim assinada e pelos demais presentes. Mirna Aparecida Thomé Monte, Rosângela Ribeiro Ramalho Lopes, Sandra Santos Silva, Maiquel Delano Rotilli, Patrícia Ferreira Rodrigues, Fátima Rozane Oleiniczak, Pedro Soares Neto, Mauro José Ramos, Fábio Ferreira Santos, Valquíria Amaral da Silva Moura, Marcos Júlio de Souza, Aldenir Silva Santos, Maria Helena de Almeida, Ivone Ferreira de Souza, Bruna Fontanelli dimeira, Alderi Ferreira de Moraes, Geni Luiza Gomes e Suely Cristina Castro da Silva de Moraes.